

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**REF: EP2408CL**

# **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS E BIORRESÍDUOS, LIMPEZA URBANA E LIMPEZA DAS PRAIAS DO CONCELHO DE ALCobaÇA**

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM  
PUBLICAÇÃO NO JOUE**

ÍNDICE

<b>Capítulo I - Disposições gerais</b>	<b>4</b>
Artigo 1.º – Identificação e fundamentação	4
Artigo 2.º – Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º – Órgão competente para a decisão de contratar:	4
Artigo 4.º – Júri	4
Artigo 5.º – Interessados	4
Artigo 6.º - Consulta e disponibilização dos documentos	4
Artigo 7.º – Esclarecimentos, erros e omissões e retificações das peças	5
<b>Capítulo II – Candidaturas e qualificação dos candidatos</b>	<b>5</b>
Artigo 8.º – Candidatos	5
Artigo 9.º - Agrupamentos	5
Artigo 10.º - Modelo de qualificação	6
Artigo 11.º - Documentos da candidatura	6
Artigo 12.º - Requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira	6
Artigo 13.º - Agrupamentos	8
Artigo 14.º - Modo e prazo de apresentação das candidaturas	9
Artigo 15.º - Lista dos candidatos e consulta das candidaturas apresentadas	9
Artigo 16.º - Critério de qualificação	9
Artigo 17.º - Esclarecimentos e suprimento sobre as candidaturas	9
Artigo 18.º - Análise das Candidaturas e Relatório Preliminar	10
Artigo 19.º - Audiência prévia e Relatório Final	10
Artigo 20.º - Notificação da Decisão de Qualificação	10
<b>Capítulo III – Apresentação e análise das propostas e adjudicação</b>	<b>11</b>
Artigo 21.º - Convite e Prazo para a apresentação das propostas	11
Artigo 22.º - Noção de proposta	11
Artigo 23.º - Documentos da proposta	11
Artigo 24.º – Propostas Variantes	12
Artigo 25.º – Modo de apresentação das propostas	12
Artigo 26.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	12
Artigo 27.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas	13
Artigo 28.º - Critério de adjudicação e critério de desempate	13
Artigo 29.º - Modelo de avaliação das propostas	13
Artigo 30.º – Preço anormalmente baixo	16
Artigo 31.º - Esclarecimentos e suprimentos sobre as propostas	16
Artigo 32.º - Análise das Propostas e Relatório preliminar	17
Artigo 33.º - Audiência prévia e Relatório Final	17
<b>Capítulo IV – Adjudicação e Habilitação</b>	<b>17</b>
Artigo 34.º - Notificação da decisão de adjudicação	17
Artigo 35.º - Documentos de habilitação e modo de apresentação	18
Artigo 36.º - Agrupamento adjudicatário	19
Artigo 37.º - Caducidade da adjudicação	19
<b>Capítulo V – Caução</b>	<b>19</b>
Artigo 38.º - Caução	19
<b>Capítulo VI – Contrato</b>	<b>20</b>
Artigo 39.º - Redução do contrato a escrito	20
Artigo 40.º - Aprovação da minuta do contrato	20
Artigo 41.º - Ajustamentos ao conteúdo do contrato	20

---

Artigo 42.º - Notificação da minuta do contrato	20
Artigo 43.º - Aceitação da minuta do contrato	20
Artigo 44.º - Reclamação da minuta do contrato	20
Artigo 45.º - Notificação dos ajustamentos ao contrato	21
Artigo 46.º - Outorga do contrato	21
Artigo 47.º - Não outorga do contrato	21
 Capítulo VIII – Disposições Finais	 21
Artigo 48.º - Despesas e encargos	21
Artigo 49.º - Notificações e Comunicações	21
Artigo 50.º - Prevalência	22
Artigo 51.º - Contagem dos prazos	22
Artigo 52.º - Legislação aplicável	22
 ANEXOS	 23
 ANEXO I - DEUCP	 24
 ANEXO II - LISTA DE CONTRATOS EM VIGOR	 25
 ANEXO III – DECLARAÇÃO RH	 26
 ANEXO IV – LISTA PREÇOS UNITÁRIOS	 27
 ANEXO V – CIRCUITOS E CANTÕES	 28
v.i – CIRCUITOS RSUs	28
v.ii – CANTÕES VARREDURA MANUAL	29
v.iii – CANTÕES VARREDURA MECÂNICA	30
 ANEXO VI – MEIOS HUMANOS	 31
 ANEXO VII – MEIOS MATERIAIS	 32
 ANEXO VIII – DECLARAÇÃO Art.º 81.º CCP	 33
 ANEXO IX - MGB	 34
 ANEXO X - IMPEDIMENTOS	 35
 ANEXO XI - DADOS	 36

## Programa do Concurso

### Capítulo I - Disposições gerais

#### Artigo 1.º – Identificação e fundamentação

1 - O presente procedimento de **Concurso Limitado por Prévia Qualificação**, a levar a cabo pelo Município de Alcobaca, tem por objeto principal a **prestação de serviços para recolha de resíduos urbanos e biorresíduos, limpeza urbana e limpeza das praias do concelho de Alcobaca**.

2 - A escolha pelo procedimento de **Concurso Limitado por Prévia Qualificação**, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, fundamenta-se nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

3 - Os bens/serviços objeto do presente concurso são classificados com o código **90511000-2** de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), correspondente à descrição de **Serviços de Recolha de Resíduos**, indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008

#### Artigo 2.º – Entidade Adjudicante

A entidade Adjudicante é o Município de Alcobaca através da sua Câmara Municipal, sita na praça João de Deus Ramos, 2461-501 Alcobaca, com o telefone n.º 262 580 800, fax n.º 262 580 850, com o endereço de correio eletrónico "[concursos@cm-alcobaca.pt](mailto:concursos@cm-alcobaca.pt)", e com a página de internet em "<http://www.cm-alcobaca.pt>".

#### Artigo 3.º – Órgão competente para a decisão de contratar:

1 - O órgão competente para a decisão de contratar é, neste caso, a Câmara Municipal, cuja decisão foi tomada por deliberação tomada na reunião ordinária de **20 de dezembro de 2024**.

2 - A autorização para assunção de encargos plurianuais foi tomada por deliberação da Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária de 7 de dezembro de 2023.

#### Artigo 4.º – Júri

1 – O Júri é a entidade que preside ao procedimento.

2 – É-lhe também delegada a competência para prestar esclarecimentos.

3 – Ao Júri e a todos os intervenientes no processo de avaliação de propostas aplica-se o disposto no n.º 5 do artigo 67.º do CCP.

#### Artigo 5.º – Interessados

«Interessados» - todos os que manifestem interesse no procedimento através da inscrição no mesmo através da plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Alcobaca "[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)".

#### Artigo 6.º - Consulta e disponibilização dos documentos

1 - As peças no Concurso Limitado por Prévia Qualificação são o anúncio, o programa do procedimento, o convite à apresentação de propostas e o caderno de encargos, bem como os respetivos anexos.

2 - As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica "[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)", desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.

3 - Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto no n.º 2, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo pelo período equivalente ao do atraso verificado.

4 – A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento

5 - No âmbito de cada procedimento de formação de um contrato, a plataforma eletrónica “[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)” garante também o acesso gratuito e exclusivo dos interessados aos esclarecimentos e às retificações da autoria da entidade adjudicante, às suas decisões de prorrogação do prazo, às listas dos erros e omissões identificados pelos interessados e à lista dos erros e omissões aceites pela entidade adjudicante e às notificações e comunicações na fase prévia à apresentação das propostas.

#### **Artigo 7.º – Esclarecimentos, erros e omissões e retificações das peças**

1 - Os pedidos de esclarecimentos necessários de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas, bem como as listas contendo os erros e as omissões das peças do procedimento, devem ser apresentados, por escrito, na plataforma eletrónica “[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)”, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas.

2 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados, por escrito, pelo júri, através da plataforma eletrónica, na mesma funcionalidade referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas.

3 - Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### **Capítulo II – Candidaturas e qualificação dos candidatos**

#### **Artigo 8.º – Candidatos**

Podem participar como candidatos no presente procedimento quaisquer entidades, pessoas singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Artigo 9.º - Agrupamentos**

1 - Podem ser candidatos agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

2 - Os membros de um agrupamento candidato ou de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto nos artigos anteriores, nem integrar outro agrupamento candidato ou concorrente.

3 - Todos os membros de um agrupamento candidato são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

4 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio.

### Artigo 10.º - Modelo de qualificação

- 1 - O modelo de qualificação adotado no presente procedimento é o modelo simples, nos termos do artigo 179.º do CCP.
- 2 - São qualificados todos os candidatos que cumpram, cumulativamente, os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira.

### Artigo 11.º - Documentos da candidatura

1. A candidatura é constituída pelos seguintes documentos, a cujo teor o candidato se vincula:
  - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública ("DEUCP")**, aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, preenchido através do endereço eletrónico: [DEUCP](#), sob pena de exclusão da candidatura;
  - b) **Capacidade técnica**
    - b1) **Lista de contratos** elaborada de acordo com o modelo constante do **Anexo II**, do presente Programa;
    - b2) **Declarações abonatórias** emitidas no exercício de atividades idênticas às que integram objeto do Contrato (recolha e transporte de resíduos urbanos, limpeza urbana e limpeza de praias), emitidas pelas entidades cocontratantes com quem o candidato tenha celebrado contratos indicados na lista mencionada na alínea anterior.
    - b3) **Certificados** de implementação das normas NP EN ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)); NP EN ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental (SGA)) e NP ISO 45001:2019 (Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO));
    - b4) **Declaração** - Quadro de Recursos Humanos elaborada de acordo com o modelo constante do **Anexo III**, do presente Programa;
    - b5) **Certidão Permanente** ou respetivo código de acesso, onde conste o objeto social;
  - c) **Capacidade financeira**
    - c1) **Código de validação** da declaração anual de rendimentos (IRS ou IRC) e da Informação Empresarial Simplificada (IES) relativas aos três últimos exercícios findos (2021, 2022 e 2023);
    - c2) Relatório e contas dos três últimos exercícios findos (2021, 2022 e 2023).

### Artigo 12.º - Requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira

#### 1 - Para avaliação da capacidade técnica:

- a) - Apenas serão admitidos candidatos que tenham em vigor, à data de apresentação da candidatura, pelo menos um contrato de prestação de serviços com uma população servida superior a 50.000 habitantes (de acordo com os Censos de 2021) e que o mesmo inclua os seguintes serviços: recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana e limpeza de praias, a comprovar através dos documentos das alíneas b1) e b2) do artigo anterior, no mínimo, com uma declaração abonatória de um dos contratos em vigor.

A declaração deverá incluir, sob pena de exclusão, a seguinte informação:

- Designação da entidade contratante,
- Data de início do contrato,
- Duração do contrato,
- Valor anual ou total do contrato,

- Descrição sumária dos serviços/trabalhos objeto do contrato.

b) - Apenas serão admitidos candidatos que sejam titulares de certificação no âmbito da norma NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2015 e NP ISO 45001:2019, ou equivalente, que corresponda a atividade do objeto do presente procedimento, nomeadamente recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana, a comprovar através dos documentos da alínea b3) do artigo anterior.

c) - Apenas serão admitidos os candidatos que declarem ter no seu quadro de pessoal, ou com contrato válido, à data da candidatura, pelo menos, os seguintes recursos humanos que reúnam as condições também a seguir indicadas.

i. Um Diretor Técnico com:

Oito (8) ou mais anos de experiência na gestão e coordenação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana e limpeza de praias;

Licenciatura em engenharia na área do Ambiente, com inscrição válida em Ordem Profissional que o habilite ao desempenho da sua função;

ii. Um Encarregado geral com:

Oito (8) ou mais anos de experiência na gestão e coordenação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana e limpeza de praias;

Habilitação para realizar tutorias de segurança e operação de equipamentos na área da recolha, transporte, deposição e tratamento de resíduos, a comprovar com Certificado de Formação que inclua, pelo menos, o Programa de Ação que habilita o Tutor;

Curso europeu de socorrismo, a comprovar com Certificado de Formação;

Curso de plano de emergência interno para equipas de intervenção, a comprovar com Certificado de Formação;

*Nota: Na ausência de alguma das qualificações exigidas, com exceção dos Oito (8) anos de experiência, poderão ser indicados adjuntos.*

iii. Um Engenheiro Mecânico com:

Licenciatura em engenharia Mecânica, com inscrição válida em Ordem Profissional que o habilite ao desempenho da sua função;

iv. Um Engenheiro com licenciatura em Engenharia do Ambiente com:

Licenciatura em engenharia do Ambiente, com inscrição válida em Ordem Profissional que o habilite ao desempenho da sua função;

v. Um Técnico de Qualidade e Ambiente com;

Certificado de habilitações adequado à função;

vi. Um Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho com:

Certificado de aptidão profissional de nível V em vigor;

vii. Um Técnico responsável pela aplicação de produtos fitofarmacêuticos com:

Certificado de formação profissional de Técnico de Fitofarmacêuticos;

viii. Um Técnico de Formação com:

Certificado de Aptidão Profissional de Formador em vigor e com experiência de formação e gestão de formação, a comprovar com declaração da empresa que indique as datas em que iniciaram funções no quadro da empresa e n.º de formações ministrada.

**Aquando da Notificação da Decisão de Qualificação, tendo em vista comprovar os dados da declaração, serão solicitados os seguintes documentos:**

Relativos ao Diretor Técnico (DT) e Encarregado:

- Declarações abonatórias emitidas pelas entidades a quem os trabalhos foram prestados;
- Declaração da empresa que indique as datas em que iniciaram as funções no quadro da empresa;
- Curriculum Vitae, certificado de habilitação e/ou formação;
- Declaração da Ordem Profissional que habilite o DT ao desempenho da sua função, ou documento comprovativo de inscrição nessa mesma Ordem.

Relativos aos restantes Técnicos a afetar à prestação de serviços:

- Declaração da Ordem Profissional que os habilite ao desempenho da sua função ou Certificados de Habilitação/Aptidão Profissional (CAP);

d) - Apenas serão admitidos os candidatos que tenham um objeto social que inclua a recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e a limpeza urbana, a comprovar através do documento da alínea b5) do artigo anterior.

## **2 - Para avaliação da capacidade financeira**

a) Apenas serão admitidos os candidatos com faturação média anual igual ou superior a € 10.000.000,00 nos últimos três anos (2021, 2022 e 2023), em serviços prestados de idêntica natureza ao previsto no caderno de encargos (recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e a limpeza urbana);

b) De modo a não prejudicar as empresas em anos afetados pela pandemia, serão admitidos os candidatos com resultados líquidos iguais ou superiores a zero, pelo menos em dois dos exercícios dos últimos três anos (2021, 2022 e 2023);

c) Apenas serão admitidos os candidatos cuja Liquidez geral e Autonomia financeira, calculados com base na média dos resultados declarados para efeitos fiscais nos últimos 3 anos (2021, 2022 e 2023) sejam:

- i.  $\text{Liquidez Geral} = \text{Ativo Corrente} / \text{Passivo Corrente} \geq 75\%$ ;
- ii.  $\text{Autonomia Financeira} = \text{Capital próprio} / \text{Total do Ativo} > 25\%$ .

3 - Os documentos que constituem a candidatura, devem ser redigidos em língua portuguesa.

## **Artigo 13.º - Agrupamentos**

1 - No caso de o candidato revestir a forma de agrupamento devem ser apresentados os seguintes documentos:

a) Declaração em que se especifique a composição do agrupamento, com indicação da percentagem de participação de cada entidade;

b) No caso de designação de um representante comum do agrupamento para praticar todos os atos no âmbito do presente Programa, os instrumentos de mandato devidamente emitidos por cada um dos seus membros.

2 - Considera-se que o agrupamento preenche os requisitos mínimos de capacidade financeira e de capacidade técnica, desde que, pelo menos, o membro maioritário que o integra preencha os requisitos definidos nas alíneas a) e b) do ponto 2, do artigo 12.º.

3 – Caso os membros detenham percentagens iguais, então, considera-se que o agrupamento preenche os requisitos mínimos de capacidade financeira e de capacidade técnica, desde que, pelo menos, um dos membros que o integra preencha os requisitos definidos nas alíneas a) e b) do ponto 2, do artigo 12.º.

#### **Artigo 14.º - Modo e prazo de apresentação das candidaturas**

1 - Os documentos que constituem as candidaturas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica, e têm de conter, em si mesmos, a assinatura eletrónica qualificada (mesmo antes do seu carregamento na plataforma eletrónica), devendo os candidatos observar o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

2 - As candidaturas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica até às **23:59 horas do 36.º dia a contar da data do envio do anúncio para os Serviços das Publicações da União Europeia**.

3 - A receção das candidaturas é registada, com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos candidatos um recibo eletrónico comprovativo da receção.

4 - No caso de o candidato ser um agrupamento, os documentos devem ser assinados eletronicamente por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes ou pelo representante comum.

5 - O prazo de validade das candidaturas é de 90 dias.

#### **Artigo 15.º - Lista dos candidatos e consulta das candidaturas apresentadas**

1 - No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, o júri procede à publicação da lista de candidatos na plataforma eletrónica, aplicando-se o disposto no artigo 177.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Aos candidatos incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as candidaturas apresentadas, em conjunto com o Relatório Preliminar da fase de qualificação.

3 - O candidato que não tenha sido incluído na lista dos candidatos pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito exibir o comprovativo da apresentação tempestiva da sua candidatura.

#### **Artigo 16.º - Critério de qualificação**

São qualificados todos os candidatos que preencham a totalidade dos requisitos de capacidade financeira e de capacidade técnica descritos neste Programa.

#### **Artigo 17.º - Esclarecimentos e suprimento sobre as candidaturas**

1 - O Júri pode pedir aos candidatos quaisquer esclarecimentos sobre as candidaturas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise das mesmas.

2 - Os candidatos obrigam-se a prestar os esclarecimentos solicitados no prazo que lhes seja fixado pelo Júri.

3 - Os esclarecimentos prestados pelos candidatos fazem parte integrante da respetiva candidatura, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem ou não visem suprir omissões que determinem a sua exclusão.

4 - O Júri deve solicitar aos candidatos que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

5 - Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

6 - Os pedidos do Júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 4, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os candidatos ser imediatamente notificados desse facto.

#### **Artigo 18.º - Análise das Candidaturas e Relatório Preliminar**

1 - O júri do procedimento analisa as candidaturas para efeitos de qualificação dos candidatos.

2 - A capacidade técnica e financeira dos candidatos é comprovada pela análise dos elementos constantes dos documentos destinados à qualificação dos candidatos

3 - Após a análise das candidaturas e a aplicação às mesmas do critério de qualificação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual propõe a qualificação dos candidatos.

4 - O júri propõe também no relatório preliminar a exclusão das candidaturas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do art.º 184 do CCP.

#### **Artigo 19.º - Audiência prévia e Relatório Final**

1 - Elaborado o Relatório Preliminar, o júri envia-o, mediante notificação a realizar na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, a todos os candidatos para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia.

2 - Terminado o prazo da audiência prévia, o júri elabora o relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos candidatos, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda determinar a exclusão de qualquer candidatura se se verificar a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 184.º do CCP.

3 - No caso previsto na parte final do número anterior e quando do relatório final resulte uma desqualificação de candidatos relativamente ao disposto no relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previsto no ponto 1.

4 - O relatório final e demais documentos do procedimento são enviados ao órgão competente para a decisão de contratar, a quem compete decidir sobre aprovação das propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de qualificação de candidatos.

#### **Artigo 20.º - Notificação da Decisão de Qualificação**

1 - A decisão de qualificação é comunicada a todos os candidatos, mediante notificação a realizar na plataforma eletrónica, com a junção do Relatório Final de qualificação e concede um prazo de 5 dias úteis para apresentação dos **restantes** documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos

mínimos da capacidade técnica e financeira exigidos neste programa, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 187.º do CCP.

2 - Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 187.º do Código dos Contratos Públicos, fixa-se em 44 (quarenta e quatro) dias o prazo máximo para a comunicação da decisão de qualificação, contados a partir do termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

### Capítulo III – Apresentação e análise das propostas e adjudicação

#### Artigo 21.º - Convite e Prazo para a apresentação das propostas

1 - Com a notificação da decisão de qualificação, o órgão competente para a decisão de contratar envia aos candidatos qualificados um convite à apresentação de propostas.

2 - As propostas devem ser apresentadas, através da plataforma eletrónica, **até às 23:59 horas do 30.º dia**, após o envio do convite referido no ponto anterior.

3 - O prazo fixado para a apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

#### Artigo 22.º - Noção de proposta

1 - A proposta é o conjunto dos documentos, identificados no artigo seguinte, nos quais o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

2 - Para efeitos do presente Código, entende-se por **atributo da proposta** qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos.

#### Artigo 23.º - Documentos da proposta

1 - A proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (“DEUCP”), previsto no n.º 6 do artigo 57.º do CCP, preenchido através do endereço eletrónico: [DEUCP](#), sob pena de exclusão da proposta;

b) No caso de pessoa coletiva deve juntar cópia da Certidão Permanente de Inscrição no Registo comercial e documentação comprovativa dos poderes do assinante, no caso da proposta e restantes documentos serem assinados por representante com poderes para obrigar o concorrente;

c) - Documentos que em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os **atributos da proposta**, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, conforme se refere:

c1) – Lista de **Preços Unitários** dos serviços, especificados por artigos, de acordo com o **Anexo IV** deste Programa

c2) - **Nota justificativa** do preço proposto, baseada em mapas financeiros;

c3) - **Plano de Trabalhos** por serviço a prestar, com indicação das frequências de recolha e das distâncias percorridas (inclui preenchimento **Anexo V**):

c3.1 - Plantas dos Circuitos, de recolha de resíduos urbanos indiferenciados;

c3.2 - Plantas dos Circuitos, de lavagem de contentores de superfície;

c3.3 - Plantas dos Circuitos de varredura manual;

c3.4 - Plantas dos Circuitos de varredura mecânica;

c4) - **Plano de mão-de-obra** por serviço a prestar (**Anexo VI**);

c5) - Plano de equipamentos por serviço a prestar (**Anexo VII**), inclui o estado do equipamento a afetar ao Serviço. Prevendo que o prazo entre a entrega das propostas e o início da prestação será superior a 6 meses não serão aceites veículos com idade superior a 18 meses.

c6) - Memória descritiva e justificativa das atividades a desenvolver, identificadas por capítulos;

c7) – N.º de campanhas de educação ambiental ou ações de sensibilização ambiental, com exemplos para um ano, e respetivo valor atribuído (mínimos de 4 campanhas/ações e 1% da faturação anual). Valores admitidos: Unidades para as ações e 0,05% do valor da faturação anual.

2 - Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis à explicação dos atributos da proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar.

3 - Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, no caso de tal não ser possível, acompanhados da devida tradução legal, acompanhada de documento que declare a sua prevalência sobre o documento que foi traduzido, assim como processados informaticamente.

#### **Artigo 24.º – Propostas Variantes**

Não são admissíveis propostas variantes.

#### **Artigo 25.º – Modo de apresentação das propostas**

1 - A entrega da proposta será feita por transmissão eletrónica de dados através da plataforma no endereço “[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)”.

2 - Os documentos que constituem as propostas têm de conter, em si mesmos, a assinatura eletrónica qualificada (mesmo antes do seu carregamento na plataforma eletrónica), devendo os interessados observar o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

3 - A receção das propostas é registada, com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos candidatos um recibo eletrónico comprovativo da receção.

4 - No caso de o concorrente ser um agrupamento, os documentos devem ser assinados eletronicamente por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes ou pelo representante comum.

5 - O interessado deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua candidatura eletrónica certificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõe, uma vez que só é admitida a que tenha sido assinada e recebida até à data e hora referidas no anúncio.

#### **Artigo 26.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1 - No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o júri procede à publicação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica, aplicando-se o disposto no artigo 138.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas, logo após a publicação do relatório preliminar.

**Artigo 27.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**Artigo 28.º - Critério de adjudicação e critério de desempate**

A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, densificado pelos fatores constantes na seguinte fórmula:

$$P_{Fi} = 0,50 \times P(FP) + 0,50 \times P(FQ)$$

Em que:

**P<sub>Fi</sub> = Pontuação Final da Proposta**

$P(FP) = 0,80 \times P(PP) + 0,20 \times P(JPP)$  e

$P(FQ) = 0,50 \times P(Co) + 0,30 \times P(Eq) + 0,20 \times P(EA)$ , ou seja:

$$P_{Fi} = 0,40 \times P(PP) + 0,10 \times P(JPP) + 0,25 \times P(Co) + 0,15 \times P(Eq) + 0,10 \times P(EA)$$

**P(FP) = Pontuação no Fator Preço (50%)**

P(PP) = Pontuação subfactor preço;

P(JPP) = Pontuação nota justificativa do preço proposto

**P(FQ) = Pontuação no Fator Qualidade e Mérito Técnico da Proposta (50%)**

- Em caso de empate, será adjudicada a proposta que obtiver a melhor pontuação no subfactor preço proposto (subfactor PPC).
- Caso o empate subsista, a adjudicação será feita à proposta selecionada na sequência de um sorteio, em termos a definir, na presença dos concorrentes.

**Artigo 29.º - Modelo de avaliação das propostas**

1 - As propostas serão ordenadas por ordem decrescente de mérito, em função dos fatores que densificam o critério de adjudicação, da escala de pontuação de cada fator e dos coeficientes de ponderação seguintes:

**A. Fator: Preço Proposto (FP): 50%:**

A1. Preço Proposto pelo Concorrente (PP): 40%

A2. Nota Justificativa do Preço (JPP): 10%

**B. Fator: Qualidade e mérito técnico da proposta (FQ): 50%**

B1. Coerência (Co): 25%

B2. Qualidade/Estado do Equipamento Circulante (Eq): 15%

B3. Ações Educação Ambiental (EA): 10%

À pontuação atribuída nos diferentes fatores e subfactores serão aplicados os respetivos coeficientes de ponderação, a qual corresponde à aplicação da seguinte fórmula:

$$P_{Fi} = 40\% \times P(PP) + 10\% \times P(JPP) + 25\% \times P(Co) + 15\% \times P(Eq) + 10\% \times P(EA)$$

Sendo:

P<sub>Fi</sub> = pontuação final;

P(PP) = resultado da aplicação da fórmula prevista para o subfactor “Preço Proposto”;

P(JPP) = resultado da aplicação da grelha de pontuação prevista para o subfactor “Nota Justificativa do Preço”;

P(Co) = resultado da aplicação da grelha de pontuação prevista para o subfactor “Coerência”;

P(Eq) = resultado da aplicação da grelha de pontuação prevista para o subfactor “Qualidade/Estado do Equipamento Circulante”;

P(EA) = resultado da aplicação da grelha de pontuação prevista para o subfactor “Ações Educação Ambiental”.

## 2 – Modelo de avaliação

### A. Fator “Preço”

A1 - Subfactor Preço Proposto – (PP)

A pontuação no subfactor (PP) é obtida pela seguinte fórmula:

$$P(PP) = 25 \times (PB - PP) / PB \times 0,40$$

Sendo que:

**P(PP)** = Pontuação do subfactor preço;

**PB** = Preço base;

**PP** = Preço proposto do concorrente em avaliação.

A2 - Subfactor Nota Justificativa do Preço Proposto (JPP)

Com o subfactor “Nota justificativa de preços” (JPP) pretende-se avaliar a coerência entre os preços propostos e os meios técnicos afetos à sua execução, bem como a compatibilidade entre esses os preços e os custos reais incorridos pelo operador, nomeadamente com pessoal e equipamentos.

A pontuação no subfactor Nota Justificativa do Preço Proposto P(JPP) será efetuada de acordo com a seguinte grelha:

<b>JPP: Qualidade dos mapas financeiros, na nota justificativa de preços</b>	<b>Pontuação</b>
Mapas financeiros e nota justificativa de preços com total coerência e devidamente coordenados, que permitem aferir de forma clara e precisa a adequação e compatibilidade dos preços unitários propostos com os custos reais, tendo em conta os meios humanos e técnicos empregues na sua execução.	10%
Mapas financeiros e nota justificativa de preços devidamente coordenados, que permitem aferir a adequação dos preços unitários propostos com os custos reais.	7%

JPP: Qualidade dos mapas financeiros, na nota justificativa de preços	Pontuação
Mapas financeiros e nota justificativa de preços desajustados, mas que permitem aferir a adequação dos preços unitários propostos com os custos reais.	3%
Mapas financeiros e nota justificativa de preços desajustados e que não permitem que, de uma forma clara, seja possível aferir a adequação dos preços unitários propostos com os custos reais.	0%

B. Fator Qualidade e Mérito Técnico da Proposta (FQ)

B1 - Subfator Coerência entre Planos (Co)

Este subfactor pretende avaliar a coerência entre os meios humanos e equipamentos para o cumprimento do plano de trabalho (circuitos), atribuindo-se especial atenção à compatibilidade e adequabilidade de meios, com maior relevância, na recolha dos RSUs.

Co: Coerência	Pontuação
Completa Coerência entre planos com pormenorização adequada ao exigido no Caderno de Encargos e Convite e distâncias otimizadas (n.º de circuitos) – zero (0) falhas	5
Boa Coerência entre planos com a pormenorização adequada ao exigido no Caderno de Encargos e Convite, mas distâncias não otimizadas (n.º de circuitos) – uma ou duas (1-2) falhas	3-4
Razoável Coerência entre planos com pormenorização dentro do exigido no Caderno de Encargos Convite e distâncias satisfatórias (n.º de circuitos) – três ou quatro (3-4) falhas.	1-2
Pouca coerência entre planos e sem pormenorização adequada – mais de cinco (5) falhas	0

B2 – Estado dos equipamentos (Eq)

Este subfactor pretende avaliar o estado dos equipamentos, nomeadamente o material circulante.

Considera-se novo o equipamento adquirido em data posterior à entrega das propostas.

Considera-se que o equipamento tem um ano quando adquirido nos doze meses anteriores à data da entrega das propostas

Considera-se que o equipamento tem dois anos quando adquirido entre os 12 e 24 meses anteriores à data da entrega das propostas

<b>Eq: Estado do equipamento</b>	<b>Pontuação</b>
Todos os veículos Novos	5
Entre 50% e 99% dos veículos novos e restantes até um ano	4
Entre 50% e 99% dos veículos novos e restantes até dois anos	3
Entre 25% e 49% de veículos novos e restantes até dois anos)	2
Entre 10% e 24% de veículos novos e restantes até dois anos	1
Restantes casos (< 10% de veículos novos e restantes até 2 anos)	0

**B3 – Ações de Educação Ambiental (EA)**

Este subfactor pretende avaliar o n.º de ações e o valor atribuído.

<b>EA: Ações de Educação Ambiental</b>	<b>Pontuação</b>
+ de 6 ações e + de 1,5% da faturação anual	5
+ de 5 ações e + de 1,25% da faturação anual	3-4
+ de 4 ações e + de 1% da faturação anual	1-2
4 ações e 1% da faturação anual	0

Valores admitidos: Unidades para as ações e 0,05% do valor da faturação anual

A pontuação final do critério de adjudicação será arredondada até à segunda casa decimal.

**Artigo 30.º – Preço anormalmente baixo**

1 – Atendendo à conjuntura não se fixa o limiar, abaixo do qual o preço é considerado como anormalmente baixo.

2 - Mesmo nesta situação se, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, o valor duma proposta for considerado anormalmente baixo, o júri solicitará ao(s) respetivo(s) concorrente(s) que preste(m) esclarecimento(s), por escrito e em prazo adequado.

**Artigo 31.º - Esclarecimentos e suprimentos sobre as propostas**

1 - O Júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação das mesmas.

2 - Os concorrentes obrigam-se a prestar os esclarecimentos solicitados no prazo que lhes seja fixado pelo Júri.

3 - Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante da respetiva proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão.

4 - O Júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a

comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

5 - O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

6 - Os pedidos do Júri, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

#### **Artigo 32.º - Análise das Propostas e Relatório preliminar**

1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar de análise e avaliação das propostas, no qual propõe a ordenação das propostas.

2 - No relatório preliminar referido no número anterior, o Júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das propostas no caso de se verificar qualquer das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - Do relatório preliminar consta ainda, caso haja, a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

#### **Artigo 33.º - Audiência prévia e Relatório Final**

1 - Elaborado o Relatório Preliminar, o júri envia-o, mediante notificação a realizar na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias (úteis), ao abrigo do direito de audiência prévia.

2 - Terminado o prazo da audiência prévia, o Júri elabora um relatório final de análise e avaliação das propostas fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de quaisquer motivos de exclusão.

3 - No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no número 1, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

4 - O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo do presente procedimento, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação.

### **Capítulo IV – Adjudicação e Habilitação**

#### **Artigo 34.º - Notificação da decisão de adjudicação**

1 - A decisão de adjudicação é notificada pela entidade adjudicante, em simultâneo, a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de análise e avaliação das propostas.

2 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP:

**Artigo 35.º - Documentos de habilitação e modo de apresentação**

1 – O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica “[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)”, no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no número 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado:

- a) **Declaração** do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II a que se refere [a alínea a\) do n.º 1 do artigo 81º](#) do CCP, cujo modelo segue no **Anexo VIII** deste Programa;
- b) **Documentos comprovativos** de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d) e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP** (nomeadamente certidões da autoridade tributária, da segurança social e registos criminais da empresa e dos titulares de órgão de administração e/ou gerência);

2 - O adjudicatário deve ainda apresentar os documentos a seguir identificados:

- c) Licença para transporte rodoviário de mercadorias;
- d) Comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo, em conformidade com o previsto no art.º 36.º da Lei 89/2017 de 21 de agosto na sua atual redação;
- e) Plano de Prevenção de Corrupção e de Infrações Conexas ou a certificação de que aquela se enquadra na exceção prevista no n.º 9 do artigo 81.º do CCP.
- f) Comprovativo da titularidade, do arrendamento e/ou dos contratos de promessa de compra e venda dos bens imóveis identificados no Caderno de Encargos. Desde que devidamente fundamenta, serão aceites declarações de compromisso de honra em como terá adquirido ou arrendado as instalações até 30 dias após a emissão do Visto do Tribunal de Contas
- g) Declaração de compromisso de honra em como terá, à data do início do contrato todos os equipamentos, incluindo viaturas, identificados na listagem do anexo 7 deste Programa

3 - Quando os **documentos de habilitação exigidos** se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

4 - Com o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1.

5 - Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

### **Artigo 36.º - Agrupamento adjudicatário**

- 1 - Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por um agrupamento concorrente os respetivos membros e apenas estes devem associar-se antes da celebração do contrato na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de solidariedade.
- 2 - Os membros do agrupamento adjudicatário devem igualmente subscrever declarações de nomeação de chefe do consórcio ao qual conferirão os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante quaisquer quantias que devem ser pagas às consorciadas em execução do contrato.
- 3 - O título constitutivo da modalidade de associação dos membros do agrupamento adjudicatário previsto no n.º 1 e as declarações referidas no número anterior devem ser apresentados pelo adjudicatário no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
- 4 - A não apresentação dos documentos referidos no número anterior nos termos e prazos aí previstos determina a caducidade da adjudicação aplicando-se com as necessárias adaptações o regime consagrado nos n.ºs 2 a 4 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5 - Os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.

### **Artigo 37.º - Caducidade da adjudicação**

- 1 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
  - a) - No prazo fixado no programa do procedimento;
  - b) - No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
  - c) - Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
- 2 - Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de 3 dias úteis, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 3 - Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 4 - Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente.

## **Capítulo V – Caução**

### **Artigo 38.º - Caução**

- 1 - É exigida ao adjudicatário, nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, a prestação de uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, no valor correspondente a 5% do valor relativo ao primeiro terço da duração do contrato.

2 - O modo da prestação da caução é feito nos termos do artigo 90º do CCP. O modelo da garantia bancária/seguro caução, referido no n.º 5 daquele artigo, é disponibilizado no **Anexo IX** do presente Programa e que dele faz parte integrante.

3 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos pontos anteriores, a caução que lhe seja exigida.

## **Capítulo VI – Contrato**

### **Artigo 39.º - Redução do contrato a escrito**

O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, de acordo com o previsto no do n.º 1 do artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP.

### **Artigo 40.º - Aprovação da minuta do contrato**

A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

### **Artigo 41.º - Ajustamentos ao conteúdo do contrato**

1 - O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do Contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado mais do que uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

2 - Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:

- a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

### **Artigo 42.º - Notificação da minuta do contrato**

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os eventuais ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.

### **Artigo 43.º - Aceitação da minuta do contrato**

A minuta do contrato a celebrar e os eventuais ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

### **Artigo 44.º - Reclamação da minuta do contrato**

1 - As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

2 - No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

3 - No caso de ajustamentos propostos e que tenham sido recusados pelo adjudicatário, estes não fazem parte integrante do contrato.

#### **Artigo 45.º - Notificação dos ajustamentos ao contrato**

No caso de ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário, estes devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

#### **Artigo 46.º - Outorga do contrato**

1 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução;
- d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

#### **Artigo 47.º - Não outorga do contrato**

1 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

3 - Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no n.º 1 do artigo anterior, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo aquela liberar a caução que este haja prestado, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.

4 - No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

### **Capítulo VIII – Disposições Finais**

#### **Artigo 48.º - Despesas e encargos**

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução e o pagamento dos emolumentos devidos ao Tribunal de Contas no âmbito do processo de fiscalização prévia, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

#### **Artigo 49.º - Notificações e Comunicações**

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

#### **Artigo 50.º - Prevalência**

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente programa prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

#### **Artigo 51.º - Contagem dos prazos**

Os prazos referidos no âmbito do presente programa de procedimento contam-se nos termos do disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Artigo 52.º - Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

**ANEXOS**

**ANEXO I - DEUCP**  
**Documento Europeu Único de Contratação Pública (“DEUCP”),**

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP]

[DEUCP](#)

**ANEXO II - LISTA DE CONTRATOS EM VIGOR**

Lista de Contratos em vigor
<b>Contrato 1</b>
Identificação do Contrato:
Cliente:
Objeto do Contrato:
Valor do Contrato:
Data início:
Prazo:
Nº de habitantes abrangidos:
Declaração Abonatória:
<b>Contrato 2</b>
Identificação do Contrato:
Cliente:
Objeto do Contrato:
Valor do Contrato:
Data início:
Prazo:
Nº de habitantes abrangidos:
Declaração Abonatória:
<b>Contrato 3</b>
Identificação do Contrato:
Cliente:
Objeto do Contrato:
Valor do Contrato:
Data início:
Prazo:
Nº de habitantes abrangidos:
Declaração Abonatória:
<b>Contrato 4</b>
Identificação do Contrato:
Cliente:
Objeto do Contrato:
Valor do Contrato:
Data início:
Prazo:
Nº de habitantes abrangidos:
Declaração Abonatória:

## ANEXO III – DECLARAÇÃO RH

(Para efeitos do n.º 1 do artigo 12.º deste Programa)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) tem no seu quadro de pessoal, ou irá contratar, os recursos humanos a seguir identificados.

Recursos Humanos	Habilitações (3)	Ordem Profissional	Experiên cia (4)	Vínculo
Diretor Técnico				
Encarregado Geral				
Engenheiro(a) Mecânico				
Engenheiro(a) do Ambiente				
Técnico de Qualidade e Ambiente				
Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho				
Técnico responsável pela aplicação de produtos fitofarmacêuticos				
Técnico de Formação Ambiental				

Declara ainda cumprir o disposto no artigo 419.º - A do CCP para os técnicos acima indicados.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar “Licenciatura”, “Mestrado”, etc.

(4) Anos de Experiência Profissional na função.

ANEXO IV – LISTA PREÇOS UNITÁRIOS

Art.	Descrição do Item	Un.	Qt/Ano	P.U. (€)	Preço Anual
<b>1</b>	<b>Recolha</b>				
1.1	Recolha RU indiferenciados	t	22 634		0,00
1.2	Recolha seletiva de Biorresíduos	t	576		0,00
1.3	Lavagem mensal, manutenção / conservação e substituição, durante a vigência do contrato, incluindo o fornecimento inicial, dos contentores de superfície em polietileno, cor verde, sistema DIN, abaixo indicados: *	Un	73020		0,00
	Capacidade 800 l	Un	4020		0,00
	Idem 240 l	Un	230		0,00
	Idem 120 l	Un	365		0,00
	Idem 7 l	Un	600		0,00
1.4	Recolha de monos e monstros	mês	12		0,00
1.5	Lavagem de contentores subterrâneos (Tipo Moloks, Green Bee, Blue Bee, TNL-Hidráulicos)	Un	600		0,00
<b>2</b>	<b>Varredura **</b>				
2.1	Varredura manual (11266 Km X ano)				
2.1.1	Cidade de Alcobça	mês	12		0,00
2.1.2	Vila SM Porto época alta	mês	3		0,00
2.1.3	Vila SM Porto época baixa	mês	9		0,00
2.1.4	Paredes da Vitória e Pedra do Ouro	mês	3		0,00
2.2	Varredura Mecânica (3351 Km X ano)	m			
2.2.1	Alcobça (2xsemana)	mês	12		0,00
2.2.2	Alfeizerão (1xsemana)	mês	12		0,00
2.2.3	Aljubarrota (2xmês)	mês	12		0,00
2.2.4	Benedita (1xsemana)	mês	12		0,00
2.2.5	Pataias (1xsemana)	mês	12		0,00
2.2.6	SM Porto (1xsemana)	mês	12		0,00
2.2.7	Turquel (2xmês)	mês	12		0,00
2.3	Corte ervas e aplicação de herbicida	mês	12		0,00
<b>3</b>	<b>Limpeza de praias</b>				
3.1	SM Porto ***	mês	4		0,00
3.2	Norte do Concelho	mês	4		0,00
	<b>Total Anual</b>				<b>0,00</b>
	<b>Total Global (8 anos)</b>				<b>0,00</b>

\* **73020** = (4020+230+365+600) + 290\*3) x 12 (290 contentores de SMP lavados 2 vezes por mês, 3 meses)

\*\* O valor das Varreduras é dado por mês (tendo em conta a extensão de cada item)

\*\*\* Limpeza das praias de SMP e Gralha- Época alta considerando que inclui a limpeza mecânica e manual no Natal, Carnaval e Páscoa.

MUNICÍPIO DE ALCOBÇA  
CÂMARA MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE

ANEXO V – CIRCUITOS E CANTÕES

v.i – CIRCUITOS RSUs

Circuito	Freguesia / Locais	Frequência	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	SAB	DOM	Horário	Km/ circuito	Km/ semana
C1												
C2												
C..												
C..												
C..												
C..												
C..												
C..												
C..												
C..		3	X		X		X			08h00 - 14h00	40,00	120,00
C..												
C..		4	X		X		X	X		22h00 - 04h00	35,00	140,00
C..												
Totais											75,00	260,00

**Nota:** Acrescentar ou eliminar linhas conforme necessidade

v.ii – CANTÕES VARREDURA MANUAL

Cantão	Freguesia / Locais	Época	Frequência	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	SAB	DOM	Horário	Km/ cantão	Km/ semana
C1													
C2													
C..													
C..			3	X		X		X			08h00 - 14h00	0,400	1,200
C..													
C..			4	X		X		X	X		11h00 - 17h00	0,350	1,400
C..													
C..													
C..													
C..													
C..													
C..													
Totais												0,750	2,600

**Nota:** Acrescentar ou eliminar linhas conforme necessidade

**Freguesia / Época**

**Alcobça**

**S.M. Porto - Época baixa**

**S.M. Porto - Época alta**

**Paredes da Vitória - Época alta**

**Pedra do Ouro - Época alta**

MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA  
CÂMARA MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE

v.iii – CANTÕES VARREDURA MECÂNICA

Cantão	Freguesia / Locais	Frequência -semanal	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	SAB	DOM	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	SAB	DOM	Horário	Km/ cantão	Km/ semana
C1																			
C2																			
C..																			
C..		2	X				X			X				X			08h00 - 14h00	0,400	0,800
C..																			
C..		1			X							X					11h00 - 17h00	0,350	0,350
C..																			
C..		0,5				X													
C..		0,5											X						
C..																			
C..																			
Totais																		0,750	1,150

**Nota: Acrescentar ou eliminar linhas conforme necessidade**

**Freguesia / Locais**

Alcobça  
Alfeizerão  
Aljubarrota  
Benedita  
Pataias  
S.M. Porto  
Turquel

### (1) Serviços

- 1 Recolha RU indiferenciados
- 2 Recolha seletiva de biorresíduos
- 3 Fornecimento de Contentores
- 4 Manutenção de contentores
- 5 Recolha de monos e monstros
- 6 Lavagem de contentores de superfície
- 7 Lavagem de contentores tipo Molok
- 8 Varredura manual
- 9 Varredura Mecânica
- 10 Corte ervas e aplicação de herbicida
- 11 Limpeza de praias
- 12 Educação Ambiental

- 13 Diretor Técnico
- 14 Encarregado
- 15 Engenheiro com licenciatura em Engenharia Mecânica
- 16 Engenheiro com licenciatura em Engenharia do Ambiente
- 17 Técnico de Qualidade e Ambiente
- 18 Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho
- 19 Técnico responsável pela aplicação de produtos fitofarmacêuticos
- 20 Técnico de Formação Ambiental
- 21 Motoristas
- 22 Cantoneiros
- 23 Outros

## Programa do Procedimento

### (1) Serviços

- 1 Recolha RU indiferenciados
- 2 Recolha seletiva de biorresíduos
- 3 Fornecimento de Contentores
- 4 Manutenção de contentores
- 5 Recolha de monos e monstros
- 6 Lavagem de contentores de superfície
- 7 Lavagem de contentores tipo Molok
- 8 Varredura manual
- 9 Varredura Mecânica
- 10 Corte ervas e aplicação de herbicida
- 11 Limpeza de praias
- 12 Educação Ambiental

## Programa do Procedimento

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO Art.º 81.º CCP**  
**Modelo de declaração**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º,

**ANEXO IX - MGB**

**Modelo de Garantia Bancária n.º \_\_\_\_ / Seguro caução n.º \_\_\_\_**

(a que se refere a alínea o n.º 5 do artigo 90.º)

A solicitação de \_\_\_\_\_ (*Nome do Adjudicatário*), vem o(a) \_\_\_\_\_ (*Indicar a instituição bancária ou companhia de seguros*), com sede em \_\_\_\_\_ (*Indicar morada da Sede*), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º \_\_\_\_\_ titular do Cartão de Identificação de pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_ e com o capital social de \_\_\_\_\_, pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Alcobça, uma garantia bancária / seguro caução, até ao montante de \_\_\_\_\_ (*indicar o montante a garantir*), destinada(o) a caucionar o contrato de execução de \_\_\_\_\_ (*indicar objeto do contrato*), nos termos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos, a realizar no âmbito do processo n.º \_\_\_\_\_ (*indicar n.º processo*).

A presente garantia bancária / seguro caução responsabiliza o garante, sem quaisquer reservas, ao imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Município de Alcobça em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeite.

A presente garantia / seguro caução está ainda sujeita a atualização, podendo ser reforçada ou reduzida, e mantém-se válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Alcobça, não podendo ser anulada ou alterada sem o consentimento daquela entidade.

Fica bem assente que o banco ou a companhia de seguros garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor ao Município de Alcobça reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

O Banco ou Companhia de Seguros

**ANEXO X - IMPEDIMENTOS**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS)**  
**(n.º 3 e 4 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos)**

1 - Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos (identificação do concorrente) \_\_\_\_\_, NIF \_\_\_\_\_, na qualidade de concorrente à execução do contrato no âmbito do procedimento com referência **EP2408CL - Prestação de serviços para a recolha de resíduos urbanos e biorresíduos, limpeza urbana e limpeza das praias do concelho de Alcobça**, declara, sob compromisso de honra, que a entidade por si representada não se encontra abrangida pelas situações previstas no n.º 4 do referido artigo.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto no n.º 4 do artigo 1.º-A do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização à entidade adjudicante e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

Assinatura (s)

**ANEXO XI - DADOS**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO TRATAMENTO DE DADOS**

1 - Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, informo que, eu \_\_\_\_\_, portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º \_\_\_\_\_, fui informado/a que o Município de Alcobça irá recolher junto da entidade \_\_\_\_\_, dados pessoais dos quais sou titular para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

2 – Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de seleção do adjudicatário no procedimento, do Município de Alcobça, com referência **EP2408CL - Prestação de serviços para recolha de resíduos urbanos e biorresíduos, limpeza urbana e limpeza das praias do concelho de Alcobça**, e que no caso da entidade \_\_\_\_\_ vir a ser o adjudicatário, serão objeto do contrato a celebrar.

3 – Fui também informado/a que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo, eu, o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.

4 – Fui ainda informado/a que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Assinatura

\_\_\_\_\_  
O titular dos dados